

Nem toda nudez será castigada...

O fato de muitas coisas ainda não terem sido desnudadas no Legislativo — ou de não terem vindo à luz certas verdades nuas e cruas — (tais como certas exageradas regalias em termos de ganhos, de *jettons* pagos independentemente de comparecimento, de “trens da alegria”, de empréstimos subsidiados em instituições financeiras oficiais etc. etc.) não significa que o Legislativo seja destituído de nudez: pelo menos é o que comprova o deputado do PC do B flagrado em traje completo de Adão — isto é, completamente nu — em plena Assembléia Legislativa de São Paulo. Por outro lado, o fato de funcionários de Casas Legislativas serem muito bem tratados pelos respectivos parlamentares, a ponto de em alguns lugares do País chegarem a ter seus vencimentos fixados em 30, 40, 50 milhões de cruzeiros ou mais, pode significar apenas uma estreita fraternidade entre os que trabalham sob o mesmo teto de poder público, uma amizade sincera sem barreiras sequer indumentárias — proya disso é que o citado parlamentar nudista foi encontrado em apa-

rente ato de confraternização com uma funcionária da mesma Casa — que por sua vez trajava o correspondente traje completo de Eva.

Informa-se que está sendo constituída uma CEI (Comissão Especial de Investigação) para apurar o referido episódio. Negociações políticas devem estar sendo entabuladas para a composição da referida comissão, na qual devem estar representados os partidos de acordo com as normas e praxes regimentais; o sistema burocrático da instituição já deve ter sido acionado, com os preenchimentos de requerimentos e demais papéis de mister, o serviço de funcionários já deve ter sido devidamente requisitado por quem de direito — tudo para que chegue a termo a solução de tão relevante e transcendental questão.

É possível que os recursos humanos e materiais alocados para o funcionamento da Cein — Comissão Especial de Investigação da Nudez — venham a interromper outros trabalhos parlamentares e funcionais da Assembléia Legislativa de São Paulo

— alguns projetos, alguns trabalhos de comissões, talvez até algumas pautas de deliberações venham a ser adiadas quando questões mais altas, deste “naípe”, se alevantam. Possível é até que importantes modificações regimentais venham a ser introduzidas, até de cunho moralizador: por exemplo, já que é impossível deixar de pagar *jettons* para parlamentares que não comparecem às Casas Legislativas (pois a recente decisão da Mesa do Senado Federal pode firmar definitiva jurisprudência, neste sentido), talvez alguém consiga, pelo menos, fazer com que só recebam *jettons* os parlamentares vestidos. Os nus, ou que comprovadamente comparecessem à Casa Legislativa confundindo-a com Casa de Tolerância, não fariam jus àquela verba. Tal medida moralizadora bem que poderia estribar-se no lema: “*Rendez-vous Sem Jetton!*”

É possível, no entanto, que muitos parlamentares considerem que para a árdua tarefa de representar o povo não bastem a alta remuneração, incluindo subsídios fixos, *jettons*,

verbas de uso geral, auxílio-transporte, franquias telefônicas, passagens aéreas, cota postal, serviços previdenciários e de saúde etc. etc. Talvez não bastem em razão dos preços excessivamente crescentes dos estabelecimentos hoteleiros dedicados a estadias de curta duração, de que podem necessitar muitos dos senhores parlamentares, tanto para o merecido repouso como para uma meditação tranqüila, uma reflexão sobre os problemas populares — o que, evidentemente, pode desenvolver-se melhor através de colóquio ou confraternização, como a praticada pelo deputado do PC do B. Neste caso, não será surpresa se chegar a ser proposta a construção de um anexo ao prédio da Assembléia, a fim de oferecer aos senhores deputados um equipamento arquitetônico e hoteleiro mais condizente com as necessidades parlamentares, nesse setor.

Quanto ao mais, as imunidades parlamentares serão sempre uma garantia de que “nem toda nudez será castigada”, ao contrário do que já afirmou o grande dramaturgo Nelson Rodrigues...